

Simon defende uso de estoques para combater a fome no país

Senador entende também que política nacional de irrigação deve seguir modelo da Índia, que apresenta custos inferiores aos praticados em Israel e nos Estados Unidos

Foto: Celso Azevedo



Simon apresenta sugestões para aumentar produção de alimentos

Valmir quer conselho para ouvir juventude

Por achar que os jovens têm muito a contribuir com sua capacidade imaginativa para o aprimoramento das decisões políticas no país, o senador apóia proposta de criação de um órgão para ouvi-los e levar as sugestões ao governo. **Página 3**

Sivam não serve ao país, diz Gilvam

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) sugeriu que os US\$ 1,4 bilhão que o governo vai investir para controlar meia dúzia de vãos na Amazônia devem ser aplicados em projetos que proporcionem benefícios à população. **Página 2**

Projeto cria profissão na área de saúde

Projeto de lei do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) regulamenta a profissão de agente comunitário de saúde. No total de 50 mil em todo o país, eles atuam no combate à mortalidade infantil. **Página 4**

O Brasil pode, ainda no governo Fernando Henrique, produzir 120 milhões de toneladas de grãos por safra, o suficiente para eliminar a fome no país. A afirmação é do senador Pedro Simon (PMDB-RS), com base em dados do ministro da Agricultura, Andrade Vieira. Segundo o senador, o ministro citou como obstáculo para se atingir tal meta a incapacidade de a parcela mais pobre da população pagar por esse acréscimo de produção.

Por isso, o senador gaúcho apresentou ao ministro um plano de alimentação popular para a venda de cestas básicas nas favelas a preços inferiores aos do mercado, utilizando-se dos estoques reguladores mantidos pelo Executivo.

A respeito da existência de 40 milhões de toneladas de alimento apodrecendo nos armazéns do governo, Simon disse ter procurado o presidente da República, que negou

enfaticamente ser verdadeira a notícia, desmentida também pelo ministro da Agricultura.

Simon sugeriu mudança na política de irrigação desenvolvida no vale do rio São Francisco, classificada por ele de fantástica, em termos de avanço tecnológico, mas que, devido aos elevados custos de implantação, está contribuindo para o aumento do desemprego no Nordeste, a região mais pobre do país.

Simon assegurou que no modelo atualmente adotado, com base em tecnologias desenvolvidas em Israel, Estados Unidos e Alemanha, cada hectare de terra irrigada não sai por menos de 8 mil dólares. Isso limita o acesso dos médios e pequenos produtores à irrigação.

Para o senador, o modelo ideal para o Brasil é o da Índia, onde o hectare irrigado não passa de 500 dólares, o que vem permitindo àquele país obter melhor distribuição de renda e qualidade de vida.

Senadores temem juros altos

O senador Lauro Campos (PT-DF) teme que a política econômica do governo, baseada nas altas taxas de juros para conter o consumo, leve o país para o fundo do poço. O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) também defen-

deu uma revisão na política e advertiu que, depois da agricultura, agora é o comércio que sofre os efeitos dos juros elevados. Ele citou o exemplo da Casa Centro, em São Paulo, que está quebrando.

Página 4

MPs podem ter nova tramitação

Proposta de Fogaça cria comissão mista para examinar medidas provisórias. Página 3

GILVAM BORGES:

Sivam não atende interesse do país

A implantação do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) é "um absurdo, uma violência, que não atende ao interesse do país, mas sim ao interesse internacional", afirmou o senador Gilvam Borges (PMDB-AP). Ele sugeriu que os US\$ 1,4 bilhão que o governo vai investir para



Gilvam Borges

controlar uma dúzia de vãos na região deveriam ser aplicados em projetos que proporcionem benefícios diretos às populações da Amazônia, como obras de infra-estrutura, nos setores de energia e transportes.

O senador amapaense apelou ao presidente Fernando Henrique Cardoso no sentido

de que reavalié o programa, "à medida que a região necessita de investimentos, mas não da natureza do Sivam". Em aparte, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) apoiou as colocações de Gilvam Borges, frisando ser "um contra-senso o governo investir aqueles recursos em projeto que não é prioritário".

Já o senador Jefferson Peres (PSDB-AM), também apartando, fez a defesa do Sivam como um meio de "monitoramento que a região não possui". Peres destacou o caráter multifuncional do projeto e, com o apoio do senador Beni Veras (PSDB-CE), pediu que se faça a distinção entre o projeto em si e a Esca, empresa virtualmente responsável pela implementação do sistema.

O senador Flaviano Melo (PMDB-AC), embora dizendo discordar de alguns pontos do projeto, afirmou que o Sivam é tecnologia capaz de proporcionar o desenvolvimento auto-sustentado da região.

Ronaldo registra descortesia de assessores do Planalto

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) externou, em prosa e verso, sua mágoa pela deselegância com que foram tratados os integrantes da banca da Paraíba, pela assessoria do presidente da República, na organização da viagem de Fernando Henrique Cardoso ao estado. A assessoria não convidou nenhum dos membros da bancada para acompanhar o presidente, mas FHC telefonou reconhecendo a falha cometida por seus auxiliares.

O parlamentar paraibano recebeu a solidariedade dos senadores José Roberto Arruda (PP-DF), Pedro Simon (PMDB-RS), Bernardo Cabral (PP-AM) e Romeu Tuma (PL-SP).



Ronaldo Cunha Lima

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 Sessão Ordinária do Senado

Pauta: Não foram agendadas matérias para a Ordem do Dia.

COMISSÕES

Previsão dos trabalhos das Comissões para a semana:

Terça-feira (23.05.95)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Matérias de competência da Comissão. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: Matérias de competência da comissão. Local: Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.

1630 - Comissão Especial "destinada a promover ampla discussão acerca de políticas, programas, estratégias

as e prioridades visando o desenvolvimento do Vale do São Francisco".

Pauta: Painel sobre irrigação pública e privada. Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

17h - Comissão Especial Temporária "destinada a elaborar e apresentar projeto de resolução reformando o Regimento Interno".

Pauta: Discussão e votação do anteprojeto do Regimento Interno. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h30 - Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: Matérias de competência da comissão. Local: Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

Quinta-feira (25.05.95)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Exposição do Presidente da Caixa Econômica Federal, Sérgio Cutolo Santos. Local Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.



Júlio Campos

Parlamentar poderá abrir mão de ajuda

Os parlamentares que quiserem abrir mão de subsídios a que têm direito para cobrir despesas com moradia e transporte correspondente à ajuda de custo poderão fazê-lo, caso seja aprovado projeto de autoria do senador Júlio Campos (PFL-MT), modificando o Decreto Legislativo nº 7/95, que alterou a remuneração fixa e variável dos deputados e senadores.

Ao justificar o projeto, Júlio Campos lembrou existirem parlamentares que, por "representarem regiões muito ricas, ou por possuírem outras fontes expressivas de renda, preferem abrir mão de parcela dos seus subsídios suplementares, sem que isso represente qualquer crítica aos demais que necessitam dessa remuneração para os gastos pessoais e familiares".

O projeto permite ao parlamentar optar por uma remuneração inferior à prevista no decreto legislativo em vigor, desde que cubra sua contribuição de seguro do Instituto de Previdência dos Congressistas.

Fogaça propõe nova tramitação para medidas provisórias

Projeto encomendado pelo PMDB cria comissão mista que centralizaria estudo das MPs

A criação de uma Comissão Mista de Exame das Medidas Provisórias (CMEMP), que centralizaria o estudo de todas as MPs editadas pelo presidente da República, é a principal inovação contida em projeto elaborado pelo senador José Fogaça (PMDB-RS), alterando a Resolução nº 1, de 1989, que dispõe sobre a tramitação das medidas no Congresso Nacional.

O projeto aumenta os prazos para emendas à MP, e inverte a situação do exame do parecer contrário à admissibilidade, que hoje opera em favor do governo. Se aprovada, esta modificação obrigará o governo a colocar número suficiente de parla-

mentares em plenário se desejar manter a medida provisória que não passar pela triagem da comissão quanto à urgência e relevância.

José Fogaça redigiu a proposta por encomenda da bancada do PMDB, que decidiu tomar a iniciativa a partir de uma sugestão do presidente do Congresso, José Sarney. Cópias do projeto já foram entregues a Sarney e ao líder do PMDB no Senado, Jader Barbalho.

A comissão funcionaria nos mesmos moldes da Comissão Mista de Orçamento, e seria composta por 34 titulares, sendo 17 senadores e 17 deputados, e igual número de suplentes.



Valmir Campelo

Valmir apóia Conselho da Juventude

A criação de um Conselho Nacional da Juventude, um órgão auxiliar de assessoramento e consultoria da Presidência da República, foi defendida pelo senador Valmir Campelo (PTB-DF). Ele considera a proposta oportuna e pediu ao presidente Fernando Henrique Cardoso que adote as providências necessárias para a concretização da idéia.

Valmir Campelo fez referência à proposição apresentada em carta aos presidentes do Senado e da Câmara pelo líder de movimentos de jovens Marcelo Fonseca. A correspondência lembra que, no documento final da ECO-92, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, havia uma recomendação no sentido de que cada país criasse mecanismos destinados a promover o diálogo entre o governo e sua comunidade jovem. Isso irá garantir aos jovens o acesso às informações que lhes permitam colocar seus pontos de vista em relação às decisões governamentais.

O senador considera importante que os jovens sejam ouvidos nas tomadas de decisão porque podem contribuir muito com sua capacidade imaginativa e com a facilidade que têm para encontrar soluções fáceis a problemas intrinsecos.

Valadares apresenta plano de fiscalização

O Tribunal de Contas da União poderá ser mobilizado pelo Senado para realizar diversas auditorias no sentido de apurar denúncias de irregularidades em relação a programas do governo e empresas privadas. É o que sugere programa de trabalho da Comissão de Fiscalização e Controle da Casa, para o biênio 95/96, anunciado em plenário pelo presidente da comissão, senador Antônio Carlos Valadares (PP-SE), também responsável pela elaboração do plano.

Estão na mira da CFC, segundo o senador, irregularidades no programa de estoques reguladores do governo, as obras paralisadas da União, o exame

da situação da empresa Esca (participante do projeto Sivam), além das empresas montadoras de automóveis, em função das denúncias de sonegação de imposto feitas pelo ex-ministro Ciro Gomes.

Antônio Carlos Valadares sugere, no programa de ação, a formação de subcomissões, dentro da CFC, para apurar cada um desses casos, com o apoio do Tribunal de Contas da União. Quanto às obras inacabadas do governo, Valadares argumenta que, embora o Senado tenha criado uma comissão temporária para investigar a questão, trata-se de assunto da competência da Comissão.

Ademir não confia em assentamento

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) disse, na tribuna do Senado, que não confia nas promessas de assentamento de trabalhadores rurais feitas pelo governo e criticou a posse do fazendeiro Basílio Araújo Neto na presidência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

De acordo com Ademir, o novo dirigente do órgão encarregado de fazer a reforma agrária no país tem tradição como integrante da União Democrática Ruralista (UDR) e é membro da bancada ruralista, sendo, por consequência, a pessoa menos indicada para conduzir uma política de assentamento de famílias de sem-terra.

Ademir lembrou que o próprio ministro da

Agricultura, José Andrade Vieira, além de banqueiro, é grande proprietário de terras. Segundo ele, o ministro é proprietário, como pessoa física ou em nome do seu banco (Bamerindus), de mais de 100 mil hectares apenas no Estado do Pará. "Isso demonstra a coerência da indicação de um representante da UDR para a direção do Incra", ironizou.

O senador criticou o ministro por não pretender regularizar a situação de áreas invadidas. Somente no Pará, acrescentou, há 40 áreas invadidas e 10 mil famílias esperando pela regularização de suas poses.



Ademir Andrade

Juro alto afunda o país, adverte Lauro Campos

Senador não acredita em estabilidade com taxas elevadas e condena a privatização

O senador Lauro Campos (PT-DF) condenou ontem a política econômica praticada pelo governo, afirmando que ela ainda levará o país ao fundo do poço. Ele advertiu que não pode haver estabilização da economia com taxas de juros tão elevadas, criticou o programa de privatização das estatais por estar destruindo o patrimônio da nação a troco de papéis da dívida interna, e apontou as contradições das últimas medidas do governo em relação à



Lauro Campos

política de taxa de câmbio.

- Eu temo - disse Campos - que apesar de sua elegância e de seu sorriso confiante, a visão que FHC tem a respeito de um horizonte róseo possa não se viabilizar.

O senador petista afirmou que o Brasil pratica as taxas de juros mais altas do mundo para favorecer os banqueiros, ao invés de buscar a redução do consumo via tributação. "O governo hoje é refém da bancocracia", concluiu.

Agricultura e comércio quebram, diz Miranda

Um revisão da política de juros foi sugerida ao governo pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO), ao alertar para as consequências negativas, especialmente para o comércio, das altas taxas praticadas no mercado. "É imperativo trilhar os caminhos da humildade e rever conceitos, em benefício de todos", recomendou.

Miranda referiu-se à concordata pedida pela Casa Centro, "uma das instituições mais tradicionais e mais sólidas do país", afirmando que, depois da agricultura, agora é o comércio que mostra a sua fragilidade diante dos elevados

custos do dinheiro.

A política econômica de bloqueio ao consumo para segurar a inflação, segundo o senador por Goiás, vem apresentando resultados, "mas seus custos invisíveis começam a aparecer". E o setor privado, diante desse quadro, não tem a alternativa de rolar a dívida, como faz o Tesouro; ou quebra ou desmobiliza patrimônio, gerando mais desemprego, argumentou.

Mauro Miranda mostrou que o custo real do dinheiro, na época mais dura da inflação, ainda era mais baixo do que é cobrado hoje.



Carlos Bezerra

Projeto cria profissão na área de saúde

Projeto de lei apresentado pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) regulamenta a profissão de agente comunitário de saúde, um contingente calculado em cerca de 50 mil pessoas trabalhando em todo o país. Os agentes são contratados geralmente pelos governos estaduais ou prefeituras e atuam sobretudo no esclarecimento sobre prevenção de doenças, junto a famílias pobres.

Carlos Bezerra argumenta que a falta de uma regulamentação tem levado trabalhadores e sindicatos à Justiça do Trabalho, na busca de solução definitiva de sua situação trabalhista e profissional. Pelo projeto, só pode ser contratada como agente de saúde a pessoa que comprovar escolaridade mínima correspondente à quarta série do primeiro grau, tiver concluído curso específico e residir há pelo menos dois anos na localidade onde atuará.

O senador explica que se trata de uma função importante para reduzir índices de mortalidade infantil.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antônio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.